

ÁREA TEMÁTICA: Cooperativismo
PRÁTICAS DE ESG: ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA



Resumo

A crescente pressão sobre uso racional dos recursos naturais reforça a necessidade de práticas organizacionais orientadas ao desenvolvimento sustentável. Este estudo analisa as ações de responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG) em uma cooperativa agropecuária localizada na cidade de Bananeiras, estado da Paraíba. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi conduzida por meio de estudo de caso, utilizando entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação não participante. Os resultados revelam que a cooperativa incorpora práticas agroecológicas, promove inclusão social e adota mecanismos de governança baseados na gestão democrática e participativa, evidenciando compromisso com a sustentabilidade e o fortalecimento institucional. Contudo, foram identificadas limitações, como a ausência de políticas formalizadas, resistência cultural de alguns cooperados e restrições financeiras, que dificultam a consolidação das práticas de ESG. Conclui-se que, mesmo em contextos de recursos limitados, a integração dos pilares ESG na cooperativa pesquisada, tem contribuído para o desenvolvimento sustentável local e para o fortalecimento do cooperativismo agropecuário.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental; cooperativismo agropecuário; práticas ESG; sustentabilidade.

Abstract

The increasing pressure for the rational use of natural resources reinforces the need for organizational practices oriented toward sustainable development. In this context, this study aims to analyze the environmental, social, and governance (ESG) responsibility actions of an agricultural cooperative located in the municipality of Bananeiras, state of Paraíba, Brazil. The research employed a qualitative approach, conducted through a case study that combined semi-structured interviews, document analysis, and non-participant observation. The results indicate that the cooperative incorporates agroecological practices, promotes social inclusion, and adopts governance mechanisms grounded in democratic and participatory management, demonstrating a strong commitment to sustainability and institutional strengthening. However, relevant limitations were identified, such as the absence of formalized policies, cultural resistance from some members, and financial constraints, which hinder the consolidation of ESG practices. It is concluded that, even in contexts of limited resources, the integration of ESG pillars in the studied cooperative has contributed to local sustainable development and to the strengthening of agricultural cooperativism.

Keywords: socio-environmental responsibility; agricultural cooperativism; ESG practices; sustainability.

1. Introdução

No cenário contemporâneo, a sustentabilidade tem se consolidado como um dos maiores desafios globais, demandando das organizações uma postura responsável e alinhada com as dimensões ambiental, social e de governança (Costa; Ferezim, 2021). Houve investimentos significativos nas organizações em práticas sustentáveis nos últimos anos na busca de uma sociedade sustentável (Galvão; Schmidt, 2025). Assim, investidores, acionistas, governos e empresas exigem informações mais precisas além do desempenho financeiro, tendo em vista a preocupação crescente com os questões ambientais, sociais e governança (ESG), considerados esses aspectos relevantes como estratégia competitiva (Escrig-Omedo, *et al*, 2019; Oliveira; Silva, 2024).

Nesse contexto, as cooperativas têm avançado na competitividade, alicerçado na manutenção dos valores e princípios cooperativistas, a exemplo da equidade, solidariedade, gestão democrática e interesse pela comunidade (Organização das Cooperativas Brasileiras – 2025). No Brasil, o cooperativismo está dividido em oito ramos: agropecuário; crédito; transporte; trabalho, produção de bens e serviços; saúde; consumo; infraestrutura.

O cooperativismo agropecuário, desempenha papel estratégico no desenvolvimento sustentável, promovendo a inclusão produtiva, a conservação dos recursos naturais e a governança democrática (OCB, 2025; ICA, 2015). As cooperativas agropecuárias são as que reúnem e organizam produtores rurais para fortalecer o poder de escala e a atuação no mercado, onde mais de 70% do quadro social do cooperativismo é composto por produtores rurais da agricultura familiar e mais de 50% da safra nacional de grãos vem de cooperativas (OCB, 2025).

De acordo com o Anuário do Cooperativismo da OCB (2025), no ano de 2024, no cenário nacional eram 4.384 cooperativas, mais de 25 milhões de cooperados, gerando mais 578 mil empregos diretos e sobras geradas em cerca de 51 bilhões de reais. No ramo agropecuário, eram 1.172 cooperativas, mais de 1 milhão de cooperados, e cerca de 268 mil empregados.

No Brasil, onde o cooperativismo movimenta milhões de cooperados e tem expressiva presença no setor agropecuário, a adoção dessas práticas é crucial para garantir a competitividade e sustentabilidade de longo prazo das cooperativas (Oliveira; Silva, 2024).

A Cooperativa de Agricultores Familiares do Município de Bananeiras – PB (COOPAFAB) localizada no estado da Paraíba destaca-se como uma organização que vem incorporando práticas ESG em suas operações, alinhando-se às demandas por transparência, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar as práticas de responsabilidade ambiental, social e governança adotadas pela COOPAFAB. Portanto, este trabalho busca comprovar, a partir de um estudo de caso, sob uma perspectiva qualitativa, a efetiva realização de ações na perspectiva ambiental, ecossistema onde a cooperativa está inserida, social, pessoas e comunidade, e, governança, como a organização é controlada e gerida.

A pesquisa contribui para a compreensão do papel das cooperativas agropecuárias na construção de modelos de gestão democrático e sustentável, alicerçados nos pilares de atuação focadas na responsabilidade socioambiental, de forma que o modelo econômico do cooperativismo possa aliar crescimento econômico, cuidado com as

pessoas e o meio ambiente, ressaltando a importância dessas ações para a geração de impactos positivos na comunidade e economia local.

Este artigo está organizado da seguinte forma: além desta introdução, na seção 2, apresenta-se a fundamentação teórica que aborda os conceitos de ESG e o cooperativismo agropecuário, contextualizando o tema. A seção 3 detalha a metodologia aplicada, incluindo procedimentos de coleta e análise de dados, com destaque para entrevistas semiestruturadas. A seção 4 apresenta e discute os resultados obtidos, organizados conforme as dimensões ambiental, social e de governança da cooperativa estudada. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais, apontando as contribuições, limitações da pesquisa e recomendações para futuras investigações.

2. Fundamentação Teórica

2.1 O Cooperativismo e a Responsabilidade Ambiental, Social e de Governança (ESG)

O cooperativismo brasileiro tem se mostrado um modelo econômico resiliente e alinhado aos princípios da responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG), especialmente diante dos desafios contemporâneos da sustentabilidade. A integração entre as práticas de ESG e o modelo cooperativista revela-se especialmente significativa, pois permite tratar simultaneamente desafios socioambientais e de governança, em consonância com os princípios que sustentam a sustentabilidade (Oliveira; Silva, 2024). Segundo Magalhães *et al.* (2025), as cooperativas, por sua natureza democrática e voltada ao interesse coletivo, apresentam vantagens estruturais na adoção de práticas ESG, como maior transparência, fortalecimento da confiança com stakeholders e aprimoramento da gestão sustentável.

A pesquisa de Leal, Poll e Pinto (2024) reforça que a integração dos princípios ESG no cooperativismo representa uma abordagem inovadora para enfrentar os desafios da Quarta Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que potencializa a competitividade econômica e o impacto social positivo. No Brasil, iniciativas como o programa ESGCoop, promovido pelo Sistema OCB, têm incentivado cooperativas a adotarem práticas sustentáveis, como uso de energia solar, gestão de resíduos e inclusão de grupos vulneráveis, evidenciando que o ESG é mais do que uma tendência, é uma evolução natural do modelo cooperativista.

Em diversas experiências regionais, observa-se uma incorporação crescente dos pilares ESG, com investimentos em práticas de agricultura sustentável, técnicas de manejo ecológico, ações de inclusão social e capacitação dos cooperados. Embora ainda existam desafios, como a aceitação por parte dos cooperados, limitações financeiras e a necessidade de maior formalização de políticas ambientais, muitas cooperativas demonstram alinhamento com os princípios ESG, especialmente no que tange à governança democrática e à valorização da comunidade local. Como destaca Magalhães *et al.* (2025), o fortalecimento do cooperativismo passa pela capacitação interna e pela conscientização dos associados sobre o papel estratégico da sustentabilidade na gestão organizacional.

2.2 Responsabilidade ambiental nas cooperativas

A responsabilidade ambiental nas cooperativas representa um dos pilares fundamentais para a consolidação de práticas sustentáveis no setor produtivo, especialmente no contexto agropecuário. Por sua natureza coletiva e orientada ao desenvolvimento local, as cooperativas possuem potencial estratégico para promover

ações de preservação ambiental, mitigação de impactos ecológicos e educação ambiental entre seus associados. No Brasil, as cooperativas agropecuárias têm se destacado por iniciativas, incorporando projetos voltados à sustentabilidade, conscientização dos produtores sobre questões ambientais, inovações em tecnologia na agricultura, entre outras práticas (OCB, 2024).

Segundo Nicolodi (2021), a responsabilidade socioambiental nas cooperativas agropecuárias paraibanas está diretamente relacionada à valorização dos saberes locais e à construção de práticas adaptadas às condições do semiárido, o que reforça a importância da contextualização territorial na gestão ambiental. A responsabilidade ambiental, portanto, não se limita à adoção de tecnologias verdes, mas envolve uma mudança cultural e organizacional.

2.3 Responsabilidade social nas cooperativas

A responsabilidade social é um dos pilares constitutivos do cooperativismo, pois transcende os objetivos econômicos e se alinha à missão de promover o desenvolvimento humano, comunitário e territorial. Segundo Tenório (2006), trata-se de um compromisso ético das organizações com a sociedade, articulando dimensões sociais, ambientais e econômicas. No contexto cooperativista, essa responsabilidade se manifesta na inclusão produtiva, na valorização dos saberes locais e na promoção da equidade.

Estudos recentes apontam que as cooperativas agropecuárias têm papel estratégico na dinamização da agricultura familiar e na construção de sistemas alimentares sustentáveis. Costa, Chaddad e Azevedo (2012) destacam que essas organizações geram impacto social por meio da geração de renda, do acesso a mercados e da difusão de tecnologias adaptadas às realidades locais. Complementando essa visão, Nicolodi (2021) analisa experiências de cooperativas agroecológicas no semiárido brasileiro, evidenciando sua contribuição para a segurança alimentar, a equidade social e a sustentabilidade produtiva.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2025) reforça que a responsabilidade social das cooperativas deve contemplar ações voltadas à inclusão de jovens e mulheres, à educação cooperativista e ao fortalecimento das comunidades rurais. Essas práticas estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e fortalecem a identidade cooperativista como agente de transformação social. Além disso, Oliveira e Silva (2024), ao analisarem o papel das cooperativas no contexto do ESG, destacam que o eixo social é amplamente incorporado por essas organizações, reforçando sua relevância como modelo organizacional comprometido com o desenvolvimento sustentável e com a justiça territorial.

2.4 Governança nas cooperativas

A governança é um dos pilares do ESG e assume características singulares no cooperativismo. Enquanto nas empresas convencionais ela é centrada em acionistas e conselhos executivos, a das cooperativas é exercida de forma democrática e participativa pelos próprios associados. Silveira (2015) define governança corporativa como um sistema de monitoramento e incentivo que visa assegurar transparência, equidade e prestação de contas.

A governança pode ser compreendida como o sistema responsável por direcionar, monitorar e estimular as organizações, estabelecendo mecanismos que regulam as relações entre proprietários, cooperados, conselho de administração, diretoria e demais instâncias de controle. Esse sistema define de maneira clara a distribuição de direitos e

responsabilidades entre os diferentes agentes envolvidos (IBGC, 2015). Para operacionalizar seus princípios, recorre-se às chamadas boas práticas de governança, concebidas como orientações que buscam alinhar os interesses das partes interessadas, assegurar a preservação e a valorização institucional e favorecer o desenvolvimento sustentável, a perenidade e a longevidade das organizações (IBGC, 2015).

No contexto cooperativo, Bialoskorski Neto (2019) argumenta que a governança se desdobra em mecanismos internos, como assembleias, conselhos fiscais e de administração, e externos, relacionados à interação com comunidades, mercados e órgãos reguladores. Essa dupla dimensão é essencial para garantir a sustentabilidade econômica e a legitimidade social das cooperativas.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2020) estabelece quatro princípios fundamentais para boas práticas de governança: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Esses princípios, quando aplicados ao cooperativismo, favorecem a profissionalização da gestão, a confiança dos associados e a inserção competitiva no mercado.

3. Metodologia

Na Paraíba, o cooperativismo tem ganhado destaque como instrumento de transformação socioambiental, especialmente no contexto da agricultura familiar e das cadeias produtivas locais.

Este estudo de caso adotou uma abordagem qualitativa para investigar as práticas de ESG implementadas pela COOPAFAB, conforme orientação metodológica de Yin (2015), que define o estudo de caso como uma estratégia de investigação indicada para compreender fenômenos que ocorrem em seus contextos naturais, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto são indistintos. Yin destaca a necessidade do rigor metodológico e da utilização de múltiplas fontes de evidência para garantir a validade e confiabilidade dos dados, o que justifica a adoção de entrevistas, observação e análise documental neste trabalho.

Este estudo de caso adotou uma abordagem qualitativa para investigar as práticas de ESG implementadas pela COOPAFAB, seguindo a definição e recomendações metodológicas de Yin (2015). Segundo Yin, o estudo de caso configura-se como uma estratégia de pesquisa adequada para compreender fenômenos contemporâneos complexos inseridos em seus contextos naturais, utilizando múltiplas fontes de evidências, como entrevistas, observação e análise documental, para garantir a validade e a confiabilidade dos dados. Além disso, Yin enfatiza a importância de iniciar a redação do relatório desde as fases iniciais da pesquisa, o que contribui para um processo analítico sólido e estruturado.

As entrevistas foram realizadas presencialmente com gestores e cooperados, selecionados pela experiência e conhecimento sobre ESG. As entrevistas abordaram temas ambientais, sociais, de governança, além do engajamento dos cooperados, sendo gravadas, transcritas e analisadas por meio de categorização temática. Em seguida, durante uma visita à cooperativa, foram feitas observações diretas das instalações e das práticas em funcionamento, pois foi acompanhando uma reunião da reunião mensal da cooperativa. Foi feito registro por meio de fotografias, e as anotações de campo permitiram documentar aspectos operacionais e a interação dos cooperados com as políticas adotadas. Por fim, foi realizada a análise dos conteúdos divulgados pela cooperativa em redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*, e em documentos

institucionais, tais como relatórios e atas, para compreender como as práticas ESG são comunicadas e percebidas externamente.

A COOPAFAB foi criada em novembro de 2011, portanto tem já tem bastante o tempo de existência com ações bastantes consolidadas e atuação contínua na região de Bananeiras - Paraíba. A cooperativa conta com cerca de 60 associados ativos com um quadro diversificado de cooperados, incluindo agricultores familiares com distintas formações e experiências.

Os dados coletados foram integrados para garantir um entendimento consistente e confiável das práticas e desafios da cooperativa. A pesquisa foi realizada entre os meses de julho e setembro de 2025, respeitando rigorosamente as normas éticas, incluindo o consentimento dos participantes e o anonimato de suas respostas. Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com cooperados. O roteiro das entrevistas foi elaborado de acordo com a posição ocupada pelos participantes na cooperativa, com o presidente e o diretor financeiro foi realizada uma entrevista mais profunda, contemplando aspectos estratégicos e administrativos, dada a relevância de suas funções para o entendimento das práticas de ESG na cooperativa. Já os demais entrevistados, foram cooperados sem cargos de gestão, responderam a um roteiro mais objetivo, direcionado a captar percepções sobre a vivência cotidiana e a participação na cooperativa. Estão descritas a seguir a codificação e tempo das entrevistas: Entrevistado 1 (E1) 43 minutos; Entrevistado 2 (E2) 17 minutos; Entrevistado 3 (E3) 10 minutos; e o Entrevistado 4 (E4) 6 minutos. No total foi 1 hora e 16 minutos de entrevista.

Para entender melhor as práticas ESG adotadas na COOPAFAB, foi realizada uma análise do perfil dos participantes entrevistados, o Quadro 1 a seguir mostra um resumo da formação e das experiências dos mesmos, mostrando o caminho que os trouxe até a cooperativa.

Quadro 1: Perfil individual dos entrevistados

Código	Função atual	Tempo na Cooperativa	Formação	Histórico trabalhista antes da cooperativa
E1	Diretor Presidente	14 anos	Ensino médio completo	Funcionário do IBGE
E2	Diretor Financeiro	4 anos	Técnico em agropecuária pela UFPB e cursando licenciatura em Ciências Agrárias	Trabalhou com Granja de avicultura
E3	Cooperado	14 anos	Ensino fundamental 1 incompleto	Agente Comunitário de Saúde
E4	Cooperada	13 anos	Sem formação	Artesã e MEI

Fonte: Elaborado pelos autores.

O perfil dos entrevistados da COOPAFAB mostra que a maioria tem longo tempo de envolvimento com a cooperativa (mais de 14 anos), o que demonstra experiência e

compromisso com a cooperativa. Em relação à formação, dois não têm escolaridade formal, um tem ensino fundamental incompleto e apenas um está cursando nível técnico/superior, o que indica limitações acadêmicas, mas também a valorização da experiência prática. As ocupações anteriores são variadas, ligadas a atividades locais e comunitárias, o que reforça um perfil voltado à realidade da região e à inclusão social, aspectos importantes nas práticas ESG.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Dimensão Ambiental (E)

A responsabilidade ambiental do cooperativismo objetiva uma atuação sustentável das cooperativas de forma a minimizar os impactos ambientais na atividade produtiva. Com esforços direcionados para **1) regularização ambiental**, que orienta as cooperativas e cooperados no processo de obtenção da regularidade ambiental das propriedades rurais; **2) Neutralidade de carbono**, monitorar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) visando conhecer a pegada de carbono das atividades e adotar soluções para neutralizá-la; **3) energias renováveis**, fomentar a geração de energia renovável nas cooperativas de todos os ramos, visando agilizar a transição energética, além de potencializar as cooperativas de geração distribuída de energia (OCB, 2025). Conforme destacam Soler e Palermo (2023), a regularização ambiental representa um passo essencial para assegurar a conformidade legal e a sustentabilidade dos processos produtivos, constituindo um dos pilares para a construção de agendas ESG eficazes nas organizações. Com isso, os autores enfatizam que a integração dessas práticas ambientais, acompanhada de monitoramento contínuo e uso de fontes renováveis, fortalece a imagem institucional e promove impactos positivos no meio ambiente e na sociedade.

Nesse contexto, sobre a análise de como a cooperativa se relaciona com os aspectos ambientais, foi notável que a cooperativa revela um compromisso sólido com a sustentabilidade ambiental, evidenciando diferentes dimensões desse engajamento. O E1 enfatiza o cuidado em evitar ao máximo o uso de agrotóxicos e produtos químicos, destacando iniciativas como o uso de esterco orgânico e o desejo de obter um selo orgânico para agregar valor: **“a gente teve o cuidado de se preocupar com a questão da nossa produção... para evitar ao máximo o uso de hidrotóxicos, essas coisas químicas”** e **“a gente ter um selo orgânico... para que a gente consiga ter mais espaço no mercado”**. O E2 reforça o princípio da preservação ambiental na cooperativa, incentivando a produção mais orgânica possível e impondo critérios rígidos, como rejeitar o uso de produtos no amadurecimento da banana e respeitar o período de carência dos insumos: **“se a gente souber que um cooperado está utilizando esse produto, a gente não compra”**. O E3 destaca uma preocupação com o manejo responsável da terra, valorizando o reflorestamento com frutíferas e planejando um ciclo agrícola integrado que inclui café, limão, laranja, romã e moringa, confirmando que **“a gente tem um pensamento de não trabalhar fazendo desmatamento”** e que o projeto é **“bem, bem organizado, bem preparado”**. Assim, a cooperativa demonstra uma cultura integrada de sustentabilidade, que alia práticas agroecológicas para promover uma produção ambientalmente responsável e socialmente valorizada.

No que se refere ao uso de energia renovável, a cooperativa utiliza energia solar principalmente para alimentar a câmara fria **“Lá é energia solar, mais para câmara fria”**(E2). Além do uso dessa fonte renovável, a cooperativa promove a sustentabilidade por meio do manejo eficiente dos resíduos, conforme evidenciado pelo entrevistado 1, que

afirma que “não sobra nada” na produção, e dá exemplos práticos, como o **reaproveitamento da casca da macaxeira para alimentação animal, evitando perdas e impactos ambientais**. Para cuidar do solo, da água, das plantas, dos animais e da natureza de forma sustentável, a cooperativa enfatiza a capacitação dos agricultores, reconhecendo que “o agricultor sem conhecimento... se ele não tiver o conhecimento, meio que não se encaixam nas coisas” (E1).

Além disso, a cooperativa não possui ações específicas voltadas diretamente para a redução das emissões de carbono. Conforme o entrevistado 1, embora não haja iniciativas específicas, há um cuidado explícito em “**evitar queimada, sempre evitar queimar e evitar desmatar**”, além do projeto de restauração do café que visa “plantar dentro da mata da floresta para que não haja desmatamento pela cultura do café”, aproveitando áreas já cultivadas para minimizar impacto ambiental. O entrevistado 2 confirma a inexistência de ações específicas para essa finalidade, respondendo simplesmente “**NÃO**”. Dessa forma, conforme apontam Escrig-Olmedo et al. (2019), embora haja práticas preventivas relacionadas à conservação ambiental, ainda falta um enfoque direcionado e estruturado para a redução das emissões de carbono. O entrevistado 1 afirma que “não sobra nada, aproveitam tudo. Por enquanto, na verdade, não tem sobra de nada”, ressaltando o aproveitamento integral da produção, o que contribui para a redução de resíduos, o E2 complementa afirmando que “**a gente não é uma cooperativa que gera assim resíduo, a gente pega a produção diretamente do próprio cooperado e repassa já para o mercado final, consumidor**”, evidenciando que a estrutura da cooperativa minimiza a geração de resíduos ao atuar na intermediação direta entre produtor e consumidor.

No aspecto de monitoramento ambiental, é realizado de forma simples e prática, conforme relatado pelos entrevistados, “Não, não temos nada específico”(E1), O E2 explica que há um acompanhamento “de forma muito superficial”, com visitas periódicas de um agrônomo que observa e informa sobre as condições das propriedades. Embora o monitoramento ainda não seja detalhado e sistemático, essa prática representa um esforço inicial para avaliar os impactos ambientais das atividades agropecuárias.

Os principais desafios para implementar práticas ambientais responsáveis na cooperativa são a conscientização dos cooperados e o custo elevado dessas práticas “**a consciência dos cooperados, abrir a cabeça desse povo, mostrar que aquilo é necessário**”(E1), Já o E2 destaca que “**A aceitação do cooperado e, é muitas vezes, a utilização de recursos**” exemplificando que o uso de produtos naturais, como o óleo específico de controle para controle de pragas, é mais custoso e requer aplicações frequentes, o que encarece a mão de obra e gera desconfiança entre os cooperados sobre a eficácia dos métodos. Esses desafios refletem obstáculos comuns na transição para práticas agroecológicas, como resistência cultural, maior investimento e necessidade de capacitação.

Nesse contexto, **a cooperativa utiliza principalmente os espaços das reuniões para comunicar as ações ambientais** “a gente conta assim, mais, como eu te falei, chamando, conversando, dialogando, mostrando”(E2). Além disso, com o projeto Cooperar, houve acompanhamento técnico via SENAR abordando temas como preservação do solo e correção natural, com destaque para a participação direta dos agricultores que recebem orientações práticas, como “correção com calcário natural, sem agrotóxicos, para agricultores que precisavam”(E1). Essa comunicação se dá por meio do diálogo e demonstração dos resultados no campo, de modo que “**quando a gente senta, se reúne, traça uma estratégia... chega na propriedade e vê eles fazendo, os outros**

também vão ver, eles vão se inspirando”(E2). Essa estratégia de comunicação interpessoal e participativa é essencial para a disseminação de práticas sustentáveis.

A cooperativa incentiva os agricultores por vários caminhos “procura o mercado, principalmente compras institucionais e agora mercado privado, que exige produção constante e diária”(E1), **“mais chamando pra reunião, palestras. E às vezes, quando tem uma iniciativa muito nova, a cooperativa é a primeira que abraça... os cooperados vão vendo aquele desenvolvimento e começam a acreditar e levar pra sua realidade”(E2)** O E3 comenta que “houve a questão de ser conseguido o apoio do calcário para fazer a adubação da terra... a própria folha dela quando cai, já passa a ser um adubo para aquela banana.” Já a E4 fala que **“eles são muito cuidadosos, estão sempre procurando melhorar, trazendo pessoas qualificadas para passar sabedoria para os que estão ali trabalhando.”** Esses caminhos ajudam a motivar e qualificar os agricultores.

Assim, percebe-se que a cooperativa tem adotado práticas consistentes na dimensão ambiental, destacando-se gestão de resíduos, redução de consumo de recursos naturais, educação ambiental e promoção do consumo consciente, energia limpa e renovável e monitoramento de ações de preservação da biodiversidade.

4.2 Dimensão Social (S)

A responsabilidade social, enquanto critério do ESG, diz respeito ao relacionamento da cooperativa com a sociedade e envolve um olhar atento às políticas internas e externas relacionadas a colaboradores, cooperados, comunidade, terceiros e outras partes interessadas. A forma de atuação no aspecto social se relaciona diretamente com o 7º princípio do movimento cooperativista “o interesse pela comunidade”, e com a dimensão “S” do ESG (OCB, 2025). De acordo com Soler e Palermo (2023), a incorporação dos pilares ESG nas organizações deve ocorrer como parte de uma cultura empresarial voltada ao desenvolvimento sustentável, sendo construída de forma contínua e integrada às práticas cotidianas, o que reforça a importância de ações sociais mesmo na ausência de políticas formalizadas.

Inicialmente, as respostas dos entrevistados indicaram que a cooperativa não possui políticas formais para garantir saúde, educação e segurança, conforme E1: **“não temos essa política, só conversas periódicas”**. Por outro lado, E2 destaca um cuidado prático, buscando qualificação técnica para garantir segurança e saúde: **“sempre trabalhamos com todo o cuidado, chamando técnicos responsáveis”**. Dessa forma, há ausência de estrutura formal, mas existe preocupação prática com as condições de trabalho.

Quanto à inclusão, diversidade e equidade, as respostas revelam esforços em diferentes níveis. O E1 menciona o esforço para envolver mulheres e jovens, apesar das dificuldades para engajamento. Entretanto, E2 afirma: “Não, pelo menos na época que eu cheguei, a gente não teve nenhuma ação.” Isso aponta para iniciativas pontuais, porém sem políticas formais estruturadas.

Ademais, a cooperativa mantém ações modestas de relacionamento com a comunidade, enfrentando dificuldades iniciais para engajar moradores locais e buscando apoio da comunidade para ajudar cooperados: E1: “A cooperativa tenta ajudar um cooperado que não tem determinado produto buscando na comunidade local para incentivar a adesão.” Além disso, promove atividades abertas à comunidade, como palestras sobre aposentadoria rural: E1: “Recentemente, com o projeto cooperar, teve acompanhamento técnico via SENAR, onde trataram de preservação do solo, correção

com calcário natural, sem agrotóxicos, para agricultores que precisavam.” **Tais iniciativas evidenciam um esforço crescente para fortalecer vínculos e ampliar a inclusão do entorno da cooperativa.**

Por outro lado, no que se refere ao monitoramento de fornecedores para riscos como trabalho escravo ou infantil, as respostas indicam ausência de políticas formais. O E1 confia no conhecimento pessoal dos fornecedores: **“Não, a gente não tem essa preocupação, pois conhece todo mundo... Se alguém tivesse uma situação assim, a gente saberia na hora.”** Similarmente, o E2 reforça a confiança na comunicação informal: “O monitoramento em si, não, a gente também nunca teve... O pessoal é bem ativo, a gente sabe mais ou menos a forma que cada um conduz.” Isso mostra que a proximidade entre os membros sustenta a fiscalização de forma não estruturada.

Além disso, os entrevistados relatam participação frequente em cursos e capacitações promovidos pela cooperativa ou órgãos relacionados, como OCB, Serviço Nacional do Cooperativismo (SESCOOP) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O E1 observa que esses cursos ajudam a aprender e melhorar: **“Já participei de muitos cursos. Isso ajuda a gente a aprender mais e melhorar. Até essa entrevista ajuda a gente a aprender.”** O E2 acrescenta que as capacitações renovam o olhar e métodos: **“Já, várias vezes... a gente volta com um novo olhar, um novo método de dirigir, de fazer com que as coisas aconteçam.”** O E3 destaca o aumento da segurança e confiança prática: “O Senar conduziu os cursos... só ajudou a gente a ficar mais seguro, mais garantido.” Essas formações são essenciais para o desenvolvimento técnico e gerencial.

Em relação à participação, a cooperativa oferece oportunidades reais para mulheres, jovens e pequenos produtores. O E1 posiciona: “Sim, dentro do possível, a gente insere mais mulheres. Se tivesse mais jovens, a gente também não seria mais jovem.” Complementando, E2 informa que a participação depende do contexto, mas que há significativa presença feminina: **“Tem muitas mulheres que trabalham na COOPAFAB... Digamos que 60% eram homens, mas 40% mulheres.”** Isso reflete um compromisso com a diversidade e inclusão.

No que tange às necessidades sociais, as respostas indicam que a cooperativa considera essas demandas, ainda que com limitações. O E1 acredita que atende “dentro do que pode”, enquanto E2, gestor, reforça que escuta ainda mais as demandas: **“Considera sim... hoje eu escuto mais ainda.”** Tal percepção reflete uma atenção prática às demandas sociais dos cooperados.

Além disso, há percepção positiva sobre o respeito aos direitos dos cooperados e relações justas. O E1 comenta: “procura pagar o preço mais justo possível pelo produto.” Enquanto isso, o E2 destaca o diálogo aberto e a união: **“Estamos muito abertos ao diálogo... Tem que ser isso, é liberdade para expressar...”** Isso mostra valorização da transparência e ética nas relações.

Quanto à união e valorização cultural, a cooperativa fomenta a participação coletiva, como na feira agroecológica, onde todos contribuem com produtos locais, mesmo que em pequena quantidade. O E1 declara: **“A cooperativa tenta envolver todos... Se vendeu, todo mundo é atendido.”** E o E2 ressalta que o incentivo ocorre com resultados visíveis: “Quando veem que a coisa tá ajudando, participam mais.” A valorização de festas e conhecimentos tradicionais acontece por meio da participação em feiras e eventos organizados pela OCB e SESCOOP, fortalecendo a cultura local.

No que diz respeito ao voluntariado, a cooperativa não possui projetos formais, mas participa de ações pontuais, como doação de produtos e trabalho voluntário: **“Já**

atendemos uma entidade chamada ‘Escola dos Sonhos’ com doação de produtos e trabalho voluntário.” O E2 observa maior participação de alunos nesses projetos e interesse em incluir cooperados: **“Quando tem projeto externo, perguntamos se cooperados querem participar.”** Os resultados incluem aprendizado e troca de conhecimentos transformadores.

Finalmente, a cooperativa apoia cooperados em crises com adiantamento de produtos e uso de sobras para garantir água, como no relato de E1: **“Já houve pedidos de ajuda... usamos sobras para construir barreiros.”** O E2 destaca o apoio financeiro e flexibilização de pagamentos na pandemia: “A cooperativa parou as vendas, mas fomos dividindo até passar a situação.” O E3 e E4 também mencionam apoio financeiro e incentivo ao diálogo para ajustar condições, demonstrando solidariedade e flexibilidade face às emergências.

4.3 Dimensão Governança (G)

A governança, em sua essência, pode ser compreendida como um conjunto de princípios, propósitos, processos e práticas que orientam o sistema de poder e os mecanismos de gestão nas organizações. Seu papel central está em promover a criação de valor aos proprietários, assegurando, ao mesmo tempo, os direitos das demais partes interessadas e mitigando potenciais conflitos que possam comprometer esses objetivos (Andrade; Rossetti, 2022). Nesse contexto, Soler e Palermo (2023) ressaltam que a governança corporativa deve ser estruturada com base na transparência, na responsabilidade e na ética, sendo essencial para garantir a perenidade das organizações e fortalecer a confiança entre os envolvidos nos processos decisórios.

No seu processo de gestão e governança, a COOPAFAB utiliza um sistema administrativo que prioriza a transparência e o controle coletivo, com a gestão financeira realizada pelos diretores e apresentada periodicamente aos cooperados em assembleias. Todas as entradas e saídas financeiras são registradas e monitoradas, **sendo utilizadas ferramentas básicas de controle, e a prestação de contas ocorre de forma aberta para os associados, garantindo a confiança e a participação democrática.** Essa metodologia, embora simples, sustenta o equilíbrio econômico da cooperativa e fortalece as práticas de governança, apesar das limitações de recursos para maior formalização ou informatização do processo.

Nos requisitos de transparência, a cooperativa assegura por meio de assembleias anuais, onde o contador detalha para os cooperados “quanto foi gasto, em que foi gasto, a forma de gasto, e se teve sobra ou não” (E1). O entrevistado 2 explica que toda compra de recurso precisa ser discutida e aprovada em reunião, com a decisão registrada em ata e comprovada por nota fiscal; além disso, **a cooperativa envia relatórios para órgãos de controle como a OCB e o SESCOOP, que garantem uma vigilância contínua sobre a gestão.** “A gente recebe de acordo com a produção que a gente entrega”(E3), já o E4 ressalta que nas reuniões mensais **“eles passam, detalham pra gente o que aconteceu durante o mês com a maior transparência possível”**, envolvendo todos os associados nas negociações. Esses mecanismos fortalecem a confiança e a responsabilidade na gestão, mesmo sem auditorias formais, pois valorizam a comunicação aberta e a participação efetiva dos cooperados.

Com relação a participação dos associados nas assembleias e decisões da cooperativa, o E1: “Nunca tivemos dificuldades. Por exemplo, hoje devia ter uns 15 cooperados presentes”. O E2 destaca que todos são convidados e participam, com reuniões interativas onde todos têm espaço para falar e decidir, sem hierarquia: **“todo**

mundo tem as mesmas oportunidades de falar, de decidir". O E3 afirma participar sempre das discussões e que não há barreiras para sua participação: **"Sempre presente. Sim. Interessante."** A E4 confirma que não enfrenta barreiras, mas cita que "aquele povo que não vem, que não comparece com nada, depois quer saber o que aconteceu," indicando que a maioria se envolve ativamente, mas há um pequeno grupo que participa pouco. Esses relatos indicam uma participação efetiva e aberta, com pouca barreira significativa para os cooperados.

Os cooperados não têm certeza se possui um código formal de ética, mas conta com regras no estatuto, como a restrição para entrada de fazendeiros, buscando manter o perfil da comunidade (E1). Segundo o E2, **o estatuto funciona como um manual de regras que orienta o comportamento dos associados e colaboradores**; quando alguma ação infringe essas regras, é convocada uma reunião para discutir a necessidade de correção, podendo haver punições conforme a gravidade. Dessa forma, mesmo sem um código formalizado, o estatuto é o principal instrumento para disseminar e monitorar as normas éticas e de conduta na cooperativa, garantindo um ambiente de responsabilidade coletiva.

Os mecanismos de controle interno na cooperativa são baseados na tomada de decisões coletivas, conforme o E1: **"As decisões são tomadas em conjunto, seguindo os princípios cooperativistas."** O E2 detalha o uso de software para controle das entradas e saídas e restrição do acesso às contas somente aos gestores, evitando fraudes: "Quem tem acesso às contas são os gestores e o presidente." Além disso, há transparência com a abertura dos extratos financeiros para os cooperados, apresentados em assembleias: **"Se o cooperado quiser olhar as contas, a gente não tem problema nenhum em abrir... eu gosto de imprimir todos os extratos e mostrar."** Esses controles simples fomentam a conformidade, confiança e boa governança.

Com isso, os entrevistados destacam diferentes critérios para avaliar o desempenho social e ambiental na governança da cooperativa. O E1 enfatiza que o aspecto social está em pagar um preço justo ao produtor e garantir sobras para reinvestimento, vinculando a governança ao cumprimento das obrigações e sustentabilidade financeira: **"O social está em pagar preço justo ao produtor e garantir sobra para investir no futuro."** De outro lado, o E2 aponta a aprovação da comunidade como critério essencial, sugerindo que o sucesso da governança é perceptível pelo reconhecimento e aceitação social: **"Um dos maiores critérios... é o comentário... a aprovação da comunidade."** Esses pontos refletem que a avaliação na governança envolve tanto aspectos financeiros e de responsabilidade quanto legitimidade e aceitação social da cooperativa.

Além disso, as respostas indicam que a cooperativa não possui comitê específico para monitorar e implementar práticas ESG. O E1 afirma: "Não existe comitê específico. É um trabalho conjunto." Enquanto isso, o E2 ressalta que não há pessoas dedicadas internamente às práticas; o suporte vem principalmente da SESCOOP, que oferece cursos e capacitações para representantes das cooperativas: "Eles pegam representante, uma ou duas pessoas no máximo, para fazer esses cursos de formações." Isso mostra uma atuação ainda incipiente e compartilhada, com apoio externo para avanço nas práticas ESG.

Portanto, percebe-se que as práticas de governança identificadas na COOPAFAB encontram respaldo, em Rosseti e Andrade (2022), nos pilares essenciais da equidade, ética, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

4.4 Síntese das práticas ESG da COOPAFAB

A pesquisa de campo possibilitou identificar de forma mais concreta as práticas de sustentabilidade socioambiental e de governança adotadas pela COOPAFAB. Para organizar essas informações, as evidências coletadas nas entrevistas foram sistematizadas em três dimensões principais do ESG: ambiental, social e de governança. O Quadro 2 apresenta um panorama das práticas ESG adotadas na cooperativa pesquisada, destacando tanto os aspectos observados quanto os relatos dos entrevistados.

Quadro 2: Panorama das Práticas ESG na COOPAFAB

Dimensão	Prática / Aspecto	Relato de trechos das entrevistas
Ambiental	Uso reduzido de agrotóxicos e produtos químicos	A gente teve o cuidado de se preocupar com a questão da nossa produção... para evitar ao máximo o uso de hidrotóxicos, essas coisas químicas" (E1)
	Uso de energia solar para câmara fria	"Lá é energia solar, mais para câmara fria" (E2)
	Manejo eficiente de resíduos e reaproveitamento	"Não sobra nada, aproveitam tudo" / "Reaproveitamento da casca da macaxeira para alimentação animal" (E1)
Social	Educação	"Recentemente, com o projeto cooperar, teve acompanhamento técnico via SENAR, onde trataram de preservação do solo, correção com calcário natural, sem agrotóxicos, para agricultores que precisavam." (E3)
	Inclusão e diversidade	"Tem muitas mulheres que trabalham na COOPAFAB... Digamos que 60% eram homens, mais 40% mulheres." (E2)
	Segurança	"Sempre trabalhamos com todo o cuidado, chamando técnicos responsáveis".(E2)
Governança	Transparência financeira por meio de assembleias anuais	"O contador detalha para os cooperados quanto foi gasto, em que foi gasto, a forma de gasto, e se teve sobra ou não" (E1)
	Relatórios enviados a órgãos de controle	"A cooperativa envia relatórios para OCB e SESCOOP, garantindo vigilância contínua" (E2)
	Participação democrática e espaço igual para todos	"Todos são convidados e participam, com reuniões onde todos têm espaço para falar e decidir, sem hierarquia" (E2)

Fonte: Elaborados pelos autores.

Observa-se que as práticas ESG na COOPAFAB é verificadas em diferentes níveis e áreas. No que se refere à **questão ambiental**, ressalta-se o compromisso com a redução do uso de insumos químicos e a busca por fontes de energia renovável, além do reaproveitamento eficiente dos resíduos. No **aspecto social**, destacam-se a oferta de educação e capacitação, a inclusão e diversidade de gênero, assim como a preocupação com a segurança dos cooperados. **Quanto à governança**, a transparência nas finanças, a participação democrática dos associados e o envio de relatórios para órgãos de controle são pontos relevantes, fortalecendo a confiança e a responsabilidade da gestão. Apesar dos avanços, desafios como a formalização de políticas e o engajamento contínuo permanecem. Esse panorama demonstra o progresso da cooperativa na implementação das práticas ESG, refletindo a complexidade e o potencial de desenvolvimento sustentável no âmbito cooperativista.

5. Conclusão e Contribuições

Este estudo teve como objetivo analisar as práticas de responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG) adotadas pela COOPAFAB, destacando seus avanços e desafios no contexto do cooperativismo agropecuário paraibano. Os resultados indicam que, mesmo em um cenário de restrições financeiras e estruturais, a cooperativa vem incorporando iniciativas relevantes nas três dimensões do ESG, como a redução do uso de insumos químicos, o incentivo a práticas agroecológicas, o aproveitamento de resíduos, a adoção de energias renováveis, a promoção da inclusão social e de gênero, a capacitação dos cooperados e a transparência nas decisões por meio da gestão democrática.

Apesar desses avanços, identificaram-se limitações que comprometem a consolidação de uma agenda ESG estruturada, como a ausência de políticas formalizadas, a resistência cultural a mudanças e o baixo engajamento da juventude. Esses aspectos revelam a necessidade de maior institucionalização das práticas, de programas contínuos de capacitação e de estímulo ao protagonismo das novas gerações de cooperados.

As contribuições do estudo se manifestam em diferentes dimensões. Do ponto de vista teórico, amplia-se a compreensão sobre a aplicabilidade do ESG em organizações de base comunitária, evidenciando sua viabilidade em contextos de recursos limitados. No campo prático, os achados fornecem subsídios para gestores e lideranças cooperativistas, assim como para formuladores de políticas públicas, ao apontar caminhos para o fortalecimento das práticas de governança, da sustentabilidade produtiva e da inclusão social no cooperativismo agropecuário. Em termos sociais, ressalta-se o impacto positivo das cooperativas na geração de renda, no empoderamento de grupos historicamente menos favorecidos e no fortalecimento do tecido comunitário.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise de indicadores de desempenho em ESG, investiguem a relação entre capacitação técnica e sustentabilidade e explorem comparativamente experiências de diferentes ramos do cooperativismo em distintos contextos regionais. Assim, este estudo contribui para enriquecer o debate acadêmico e apoiar a prática cooperativista na construção de modelos de gestão alinhados ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Referências Bibliográficas

- BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativismo e agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2019.
- COSTA, D. R. M.; CHADDAD, F. R.; AZEVEDO, P. F. Separação entre propriedade e decisão de gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 285–300, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rj/resr/a/NkvynyFH6xkRJnK65qSNVmP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 set. 2025.
- COSTA, E.; FERREZIM, N. B. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Revista Alterjor**, v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.
- ESCRIG-OLMEDO, E.; FERNÁNDEZ-IZQUIERDO, M. Á.; FERRERO-FERRERO, I.; RIVERA-LIRIO, J. M.; MUÑOZ-TORRES, M. J. ESG reporting and its effects on sustainable development: a review. **Sustainability**, Basel, v. 11, n. 3, p. 915, 2019. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/11/3/915>>. Acesso em: 13 set. 2025.

- GALVÃO, J. G.; SCHMIDT, V. Disclosure ambiental das cooperativas de avicultura do estado do Paraná. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. e85873, 2025. DOI: 10.5902/2359043285873. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/85873>. Acesso em: 14 set. 2025.
- IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 2015.
- IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia das melhores práticas de governança para as cooperativa**. São Paulo: IBGC, 2015.
- IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 2020.
- ICA – INTERNATIONAL COOPERATIVE ALLIANCE. **Guidance notes to the cooperative principles**. Brussels: ICA, 2015. Disponível: <https://ica.coop/en/media/library/research-and-reviews/guidance-notes-cooperative-principles>. Acesso em: 14 de set. 2025.
- LEAL, D. W. S.; POLL, R. E.; PINTO, T. B. Adoção do ESG em busca de cooperativas sustentáveis fundamentado no respeito aos ODS (ONU). **Revista Insigne de Humanidades**, v. 1, n. 3, p. 1–17, 2024. Disponível em: <https://insigneacademica.com.br/ojs/index.php/revistainsignedehumanidades/article/view/89>. Acesso em: 13 de set. 2025.
- MAGALHÃES, A. O.; CASTELO, D. S.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, J. A. M.; DIAS, V. K. A.; NOGUEIRA, M. L. Benefícios e desafios da implementação de práticas ESG em cooperativas: uma análise do contexto brasileiro. **International Journal of Professional Business Review**, v. 10, n. 1, p. 01–24, 2025.
- NICOLODI, Andréa. Cooperativas agroecológicas e desenvolvimento sustentável no semiárido brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, 2021.
- OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Relatório Anual do Cooperativismo Brasileiro 2024**. Brasília: OCB, 2025. Disponível em: <https://www.ocb.org.br>. Acesso em: 13 de Set. 2025.
- OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **A responsabilidade ambiental do cooperativismo**. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/solucoes/esgcoop/ambiental>. Acess em: 14 de Set. de 2025.
- OLIVEIRA, P. P. de; SILVA, R. de O. ESG NO IMPACTO SOCIAL DAS COOPERATIVAS. **REVICOOP**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revicoop.emnuvens.com.br/revicoop/article/view/88>. Acesso em: 14 set. 2025.
- ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. E-book. P.23. ISBN 9788582602324. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582602324/>. Acesso em: 15 set. 2025.